

## **Memória, Imprensa e Nação na cobertura da campanha de Canudos (1897) pela imprensa de Salvador<sup>i</sup>**

**Joaquim Antonio de Novais Filho<sup>ii</sup>**

**Resumo:** A partir da abordagem das relações entre memória, imprensa e nação pretendemos problematizar algumas manifestações registradas em jornais publicados na capital baiana durante a campanha de Canudos (1896-1897). Primeiramente, trataremos de esboçar uma compreensão da atuação dos jornais baianos na divulgação/circulação de um discurso sobre a República e suas implicações para constituição de certa imagem da nação brasileira. Em seguida, apresentaremos uma discussão acerca das condições de possibilidade de circulação do discurso que justificou a destruição do arraial de Canudos. Por fim, uma análise sobre a “solidariedade patriótica” entre os jornais publicados na capital baiana por ocasião da derrota da expedição Moreira Cezar.

**Palavras-chave:** Campanha de Canudos; Memória; Nação.

As sucessivas expedições militares (1896-1897) enviadas para desmobilizar o arraial de Canudos foram amplamente registradas na imprensa soteropolitana da época. Após a morte do Coronel Moreira Cezar, em princípios de março de 1897, a campanha militar torna-se então questão central no noticiário dos grandes centros urbanos do Brasil, repercutindo também em jornais da Europa e outros países das Américas. Nesse contexto, o arraial sertanejo fundado por Antonio Conselheiro é encarado como foco monarquista e aliado de adeptos do regime decaído que pretendiam minar as bases do regime republicano instaurado no Brasil em novembro de 1889. Essas suspeitas, na medida em que comprometiam a imagem da Bahia, foram prontamente combatidas pelos jornais de Salvador. Unanimemente, a imprensa da capital baiana passa a representar Antonio Conselheiro como mero “fanático” religioso que acabaria levando ao sacrifício os seus inumeráveis seguidores.

Dito isto, pretendemos problematizar a relação entre memória, imprensa e nação, a partir da análise de alguns registros da reação conjunta de jornais de Salvador contra a acusação de que a Bahia seria um reduto monarquista. Acusação registrada pela imprensa do Rio de Janeiro por ocasião da derrota da expedição Moreira Cezar. Nessa ocasião, os jornais soteropolitanos registraram e contribuíram para a circulação de um discurso que, basicamente, operava uma divisão da sociedade baiana. De um lado, os

seguidores de Antonio Conselheiro são representados como membros de uma comunidade bárbara, atrasada, supersticiosa, mestiça. Do outro, os cidadãos da Bahia republicana, são tidos como civilizados, avançados: habitantes da cidade, eleitores, leitores e redatores dos jornais.

### **I. Memória e nação: aproximações...**

Acerca da relação entre memória e nação, o esquecimento desempenha uma importante função. Para que a nação seja possível, é preciso que os indivíduos que fazem parte dela tenham esquecido muitas coisas. Esse sugestivo “dever de esquecimento”, que encontramos na definição de nação apresentada por Ernest Renan, historiador francês do século XIX, constitui-se num “mecanismo típico na construção posterior das genealogias nacionais”.<sup>iii</sup> Esse mecanismo consiste, de acordo com Benedict Anderson, em “dever ‘já ter esquecido’ tragédias que precisam ser incessantemente ‘lembradas’”. Anderson explica esse paradoxo observando que as expressões usadas por Ernest Renan para designar as tragédias abrangem “indistintamente quem matou e quem morreu”. Com efeito, designadas dessa maneira, as tragédias lembradas por Renan são representadas como “fratricídios tranquilizadores”<sup>iv</sup>.

A partir dessa reflexão, ensaiamos aqui uma possibilidade de entendimento da constituição de uma memória discursiva acerca da campanha de Canudos. Logo depois de encerrado o conflito militar, em outubro de 1897, o arraial sertanejo passaria a ser lembrado como um trágico momento da história nacional. No entanto, no caso do Brasil, Canudos expõe um complexo arranjo do discurso sobre a nacionalidade, o qual invocava, entre os intelectuais contemporâneos ao conflito, a questão da mestiçagem e a dimensão continental do território da nação.

Das reflexões de Anderson (2008), também nos interessa o seu conceito de nação enquanto “comunidade imaginada”. Encarada dessa maneira, a nação apresenta uma dimensão discursiva. Sobre esse caráter discursivo da nação, Craig Calhoun (historiador americano, 2008) observa que as nações são produtos das “circunstâncias da modernidade, incluindo-se não somente os Estados, mas também a alfabetização popular e, com ela, jornais e romances, sistemas de educação de massa, museus e histórias”<sup>v</sup>.

Outra consideração teórica que nos auxiliou explorar a relação entre memória e nação nos jornais baianos durante a campanha de Canudos é a ideia de que “quase toda a retórica política depende do passado como dispositivo de legitimação”<sup>vi</sup>. Daí entendermos que o discurso materializado nesses jornais baianos faz uso do passado para construir uma memória discursiva na qual a Bahia é apresentada como portadora de uma tradição republicana e civilizada.

No que toca ao republicanismo na Bahia, Dilton Araujo observa que foi “uma tendência que se originou ligada a um processo de formação da classe média”<sup>vii</sup>. Diferenciava-se, por exemplo, do movimento republicano paulista, que era ligado às elites cafeicultoras. No entanto, poucos desses republicanos baianos ocuparam posições políticas importantes nos primeiros instantes do regime instaurado em 1889. O Partido Republicano da Bahia, fundado em maio de 1888, não subsistiu à instalação da República. Após a proclamação, os republicanos históricos “submeteram-se aos velhos monarquistas recém-convertidos e acomodaram-se nas fileiras dos partidos políticos que foram sendo organizados por liberais ou conservadores do antigo regime”<sup>viii</sup>.

Após o golpe de Estado de Deodoro da Fonseca, em novembro de 1891, o rompimento entre Luis Vianna e o governador José Gonçalves, marca a fundação do Partido Republicano Federal da Bahia (vianista) e do Partido Republicano Constitucional (gonçalvista). A acirrada disputa pelo poder entre essas duas facções políticas se relacionou a escalada de violência nos sertões baianos. Mesmo assim, até o ano de 1896, Canudos era uma questão secundária para o governo da Bahia, na ocasião chefiado por Luis Vianna<sup>ix</sup>.

Foi a partir da desarticulação da primeira força militar organizada para impedir a propalada invasão da cidade do Juazeiro pelos conselheiristas que Canudos demandou a organização de uma expedição sob o comando do major Febrônio de Brito. Derrotada essa segunda expedição, em janeiro de 1897, uma expedição federal é organizada, que envia forças comandadas pelo coronel Moreira Cezar.

Numa interpretação do caso de Canudos a partir da construção do medo pelas facções políticas em confronto, Consuelo Sampaio (2000) observa que, a partir de então, o nome de Antonio Conselheiro seria usado nas “mais torpes manipulações políticas em todos os planos do poder”:

*No plano nacional, jacobinos e florianistas afinados com o vice-presidente em exercício, Manuel Vitorino, conspiravam pelo não-retorno do presidente Prudente de Moraes ao poder. [...] no âmbito*

*estadual* o Conselheiro foi manipulado, tanto pela facção *vianista* como pela *gonçalvista*. A primeira, aliada do governador Luis Vianna, julgava, pelo menos até a terceira expedição, que Antonio Conselheiro e seus seguidores poderiam ser elementos de desestabilização, no [...] reduto eleitoral dos seus rivais *gonçalvistas*. Para os membros dessa facção, a alteração da ordem pública que os *conselheiristas* poderiam causar-lhes seria conveniente, na medida em que lhes permitiria recorrer ao art. 6º da Constituição Nacional e pedir a intervenção de forças federais no Estado – único artifício que, no contexto político oligárquico, lhes possibilitaria recuperar o poder<sup>x</sup>.

## II. A “solidariedade patriótica” entre os “órgãos da opinião publica da capital baiana”

A partir dessa síntese, encaramos o momento de divulgação da derrota da terceira expedição como uma trégua entre as facções políticas baianas. Uma possível manifestação disso é a reunião ocorrida em 14 de março de 1897 entre os redatores de nove periódicos publicados em Salvador. Esses jornais reagiram contra as insinuações de que a Bahia era um reduto monarquista, e partiram em defesa de uma suposta tradição republicana. Em editorial de 15 de março de 1897, o *Jornal de Noticias* faz referência a essa reunião da imprensa e registra o apelo em defesa da Bahia.

Pelo nome da Bahia

Calha a primazia das nossas palavras de hoje sobre o acontecimento que tanto continua impressionando a nossa população e o paiz inteiro, a importante reunião hontem celebrada pela imprensa desta capital, em sua unanimidade, sem matizes partidários e sem pensamentos de politica local.

A solidariedade patriótica em que uniram-se todos esses órgãos da opinião publica e o accordo a que, sem a mínima divergencia, chegaram quanto á necessidade de defender o glorioso nome da Bahia da suspeita injuriosa de ser essa terra um reducto do monarchismo intransigente e perturbador, assumem de facto, na grave situação presente, alta importancia. [...]

Sim! Si ao obcecado fanático Antonio Conselheiro juntam-se elementos subversores das instituições vigentes, justiça é proclamar que não são os nossos dinheiros, nem os esforços da Bahia, que alli concorrem, que não é entre nós que se trama, e se resolve, e se emprehende a lueta ao regimen inaugurado a 15 de novembro de 1889.

Conservadora por excellencia, desejando antes de tudo a paz e a ordem, capitaes condições de vida do seu grande commercio e das suas industrias, a Bahia tem até hoje, e sempre, revelado as suas convicções republicanas [...].

A ignorancia em que os sessenta annos de monarchia nos educaram é que está explodindo na superstição barbara com que os crendeiros defendem a pessoa e as falsas doutrinas religiosas de Antonio Conselheiro, julgado santo pelos seus fieis. [...]

Consideral-a [a Bahia] subversora é esquecer-lhe as honrosas tradições de paz e ordem, que constituem a sua escola e a sua convicção, desde

que do alto das suas montanhas a civilização ocidental apresentou ao mundo o Brasil, como brilhante até então occulto á lapidação do progresso; suspeital-a de reducto monarchista é não aprofundar bem, desde o seu distante principio, a historia do fanatismo conselheirista, hoje desdobrado em acontecimentos que, tristemente para todos nós, estão preocupando e movendo o espirito nacional, e que, alem do luto em que lacrimejam famílias bahianas, trazem-nos a mais, o pungente golpe e de estarmos assistindo á suspeição da terra veneranda, de onde nasceram para a Patria os primeiros raios de amor e de gloria, e em cuja longa vida de heroismos tem sido sempre um sacerdocio o engrandecimento do nome brasileiro.<sup>xi</sup>

A “solidariedade patriótica [entre os] órgãos da opinião publica da capital baiana”; o conservadorismo da Bahia; sua “tradição de paz e ordem”; sua alegada convicção republicana; e a expressão que a identifica como berço do “Brasil”<sup>xii</sup> são alguns aspectos mercedores de destaque nesse longo editorial do *Jornal de Noticias*. Relevante também é a repetida atribuição de falsidade às “doutrinas religiosas” de Antonio Conselheiro e de ignorância e fanatismo aos sertanejos que o seguiam. Tópicos que fazem parte dos discursos sobre Antonio Conselheiro e seus seguidores desde pelo menos duas décadas anteriores ao conflito militar e que circularam principalmente nos órgãos da imprensa soteropolitana.

O anunciado conservadorismo sugere a ligação da imprensa com a defesa da manutenção da ordem e da paz como fatores importantes para o bom andamento do comércio, das indústrias e das finanças do Estado. Sugere ainda que eram os interesses dessa parcela da sociedade que preocupavam o jornal. Alega-se também uma tradição pacífica e ordeira da Bahia, tentando afastar indícios de rebeldia e de violência, que seriam atributos dos “fanáticos e ignorantes” seguidores de Antonio Conselheiro.

Em outra passagem do editorial, a “ignorancia”, a “superstição barbara” e as “falsas doutrinas religiosas de Antonio Conselheiro” são associadas aos “sessenta annos de monarchia”. Também chama atenção, nessa manifestação, a observação de que a “história do fanatismo conselheirista” deveria ser examinada desde “o seu distante principio”. Esse exame dissiparia, então, a suspeita que recai sobre a Bahia. Apela, assim, para um efeito de sentido que relaciona o fenômeno religioso liderado por Antonio Conselheiro a algo que remete a um passado já longínquo, mas que teima em permanecer. Insinua então, que a responsabilidade por Canudos caberia ao regime monárquico, que teria feito proliferar a ignorância e a superstição entre os sertanejos. Canudos seria então o lugar do passado, da barbárie, da monarquia.

Por fim, a ideia de berço da civilização brasileira remete à narrativa que indica o território baiano como o local em que a história do Brasil teria começado. Começo que teria ocorrido quando da apresentação “ao mundo [d]o [...] brilhante até então oculto á lapidação do progresso”. Dessa narrativa, provém também a filiação do Brasil à “civilização ocidental”, que teria suas “raízes” na colonização ibérica. O editorial em questão recorre a um lugar comum, no qual “o começo histórico” do Brasil é relatado como sendo um evento pacífico. É apresentada uma potencial identidade nacional representada pela Bahia, que aparece aí como berço da nação brasileira. Esse gesto atualiza uma memória discursiva que remete à narrativa que insere a Bahia como o lugar no qual o Brasil foi apresentado à civilização.

No primeiro parágrafo, o editorial em questão menciona a reunião “celebrada pela imprensa” da capital baiana. Articulada com o objetivo de responder à acusação de que a Bahia era um reduto monarquista, a reunião teria adotado a estratégia de não responder diretamente ao artigo publicado no jornal carioca *A Notícia*, que levantava suspeitas em relação ao republicanismo das autoridades baianas. Preferiram adotar uma estratégia de defesa, elencando atributos que justificariam o republicanismo da Bahia.

Na mensagem dirigida à imprensa carioca, a “imprensa bahiana” reivindica para si o papel de detentora de um consenso da sociedade baiana. O telegrama, destinado à imprensa da capital federal no dia 14 de março e reproduzido pelos jornais que se reuniram, apresenta o seguinte teor:

A imprensa bahiana, unânime, pelos orgaos infra designados, sciente de que na capital federal se procura formar a falsa opinião de considerar-se a Bahia reducto monarchista, protesta em nome de todas as classes sociaes que legitimamente representa, contra tão injusta e offensiva suspeita, affirma, como incontestáveis verdades, a opinião republicana deste estado e a sinceridade do seu apoio às instituições vigentes.

Assignados – *Correio de Noticias – Estado da Bahia – A Bahia – Jornal de Noticias – Diario da Bahia – Gazeta de Noticias – Pantheon – Diario de Noticias – Cidade do Salvador*.<sup>xiii</sup>

A “imprensa bahiana” se apresenta então como porta-voz de todas as classes sociais do Estado, que legitimamente representaria. Sobre a figura do “porta-voz”, Mónica Zoppi-Fontana (1997) chama atenção para que seja observado como seu funcionamento enunciativo “[...] é afetado pela inscrição do sujeito do discurso em diversas e conflitantes FDs (formações discursivas) a partir das quais ele enuncia”. Indica também, que no cerne dessa figura se produz “o efeito de ilusão de

exterioridade” que pode levar ao “lugar-comum que considera o funcionamento da figura do porta-voz como a voz do consenso”<sup>xiv</sup>. Esse “efeito de ilusão de exterioridade”, no caso do discurso materializado na “imprensa baiana”, apresenta uma fragilidade quando observamos que esta imprensa materializa o(s) discurso(s) de uma parcela da população preocupada em manter a ordem social inalterada.

Essa preocupação fica mais explícita no seguinte editorial, publicado pelo *Correio de Noticias* no mesmo dia 15 de março. Trata-se ainda da cobertura da reunião da imprensa e do envio do telegrama aos jornais da Capital Federal.

Contra a verdade dos factos que se têm succedido neste Estado n’uma honrosa e brilhante serie de accentuações republicanas, forma-se na Capital Federal e procura-se impor á opinião de que a Bahia é um reducto contra as instituições vigentes. [...]

Os sacrificios do devotamento e da abnegação provada, a franqueza de crenças, a tradicional orientação democratica, que consagraram-na em heroína lendária dos seios titânicos, é que revestem-na desta gravidade e compostura serena com affronta todas as difficuldades, senhora de si, intemerata, forte e prudente, enérgica, mas exemplar no criterio e admiravel na superioridade de vistas com que procede sempre.

Injustiça clamorosa, portanto, é que se erijam em opinião corrente essas supposições que vêm echoar neste meio como uma offensa á pureza de nossas crenças, uma suspeição á lealdade de nossos esforços, uma injuria á grande maioria de cidadãos que constituem a população activa decidida do povo bahiano, que calmo, laborioso e precavido mantem-se vigilante pela estabilidade do regimen.

Interprete da opinião, zelosa por sua fé de republicana insuspeita, que é a do povo, bem andou a imprensa local repellindo a suposição infundada, e com a responsabilidade que lhe assiste, dirigiu-se á sua irman da Capital Federal para assegurar em nome dos créditos que são a dignidade do seu sacerdocio, – que é uma verdade inconcussa a correcção republicana deste Estado e a sinceridade do seu apoio ás instituições vigentes. [...]

Nimiamente pacifica, porém heróica quando é preciso que o seja, a sua população comprehende que a desordem, a anarchia é o maior inimigo que o povo pode ter; sabe que entregue a momentaneas explosões de ódio ou vingança, collabora para a obra damnada dos inimigos da Republica, que exaggerando o pânico no interior transmittem a falsidade para o exterior, solapam o credito nacional, desacreditam os nossos homens e as nossas coisas. [...]<sup>xv</sup>.

A definição da Bahia como a “heroína lendária dos seios titânicos” se liga a uma estratégia discursiva de engrandecimento, exaltação da força e personificação do Estado baiano. Sugere também uma relação de maternidade da Bahia em relação à nação. De alguma maneira, coincide com a descrição que aparece no editorial do *Jornal de Noticias*, publicado nesse mesmo dia. O que indica o compartilhamento de uma

memória discursiva materializada nessas manifestações da imprensa. Uma memória que torna possível esses enunciados e não outros.

Merece destaque nesse editorial do *Correio de Noticias* a referência à “imprensa local” como a “interprete da opinião, zelosa por sua fé de republicana insuspeita, que é a do povo”. Gesto que coincide com o do editorial do *Jornal de Noticias* de 15 de março de 1897, analisado acima. É assim que se repete uma estratégia discursiva que consiste em apresentar a imprensa como porta voz de um consenso, que representa a sociedade baiana. Entretanto, no trecho em que se argumenta que o exagerado pânico difundido pelos inimigos da República solapa “o credito nacional, desacredita [...] os nossos homens e as nossas coisas”, podemos verificar indícios que mostram quais interesses estariam representados nesses discursos. Apesar de se apresentar como portadora de um consenso da sociedade baiana, a “imprensa local” possibilita a compreensão de que a sua preocupação coincidia com a das classes proprietárias. Ao informar sobre a “maioria de cidadãos que constituem a população activa”, o jornal indica também que não é a sociedade como um todo que ela representa. A expressão “população activa” permite especular sobre uma parte da população baiana que seria inativa. Ao que parece, há um gesto de exclusão inerente a esse discurso materializado no editorial do *Correio de Notícias*. Certamente não estavam inclusos nessa população ativa aquela parcela de vadios, desocupados, analfabetos, que habitavam as margens da sociedade.

Outros indícios apontam também para a relação entre os discursos materializados na imprensa e certos setores da sociedade baiana, no caso as oligarquias rurais representadas pelas facções políticas que disputavam a participação no Estado republicano. Essas oligarquias concentravam em suas mãos, além das propriedades rurais, o acesso privilegiado aos meios de comunicação. A respeito da reserva do discurso por determinados grupos da sociedade, Foucault observa que:

[...] em nossas sociedades (e em muitas outras, sem dúvida), a propriedade do discurso – entendida ao mesmo tempo como direito de falar, competência para compreender, acesso lícito e imediato ao *corpus* dos enunciados já formulados, capacidade, enfim, de investir esse discurso em decisões, instituições ou práticas – está reservada de fato (às vezes mesmo, de modo regulamentar) a um grupo determinado de indivíduos [...]<sup>xvi</sup>.

### III. Considerações finais

Com base nas considerações acima apresentadas, defendemos um duplo entendimento em relação a Canudos. Se por um lado, o conflito se investiu de um



caráter militar, com o envio de forças armadas para o arraial sertanejo, por outro, verificamos a dimensão discursiva sendo mobilizada e registrada pela imprensa. Há um choque entre as autoridades instituídas (tanto a Igreja, quanto a República) e a prática conselheirista. É nesse sentido que identificamos um procedimento que consiste na constituição de um discurso consensual acerca de Antonio Conselheiro e seus seguidores.

Divulgada a morte de Moreira Cezar e a derrota da terceira expedição, a ideia de conspiração monárquica tornou-se hegemônica no noticiário. Na capital federal, jornais monarquistas foram empastelados e um clima de terror foi instaurado. Já na Bahia, as manifestações públicas de luto foram numerosas e solenes. De acordo com Aristides Milton – historiador contemporâneo desses eventos – “a Bahia afirmou sua solidariedade com o regime atual, e suas simpatias ao exército republicano” com “exéquias pomposas em várias igrejas; votos de condolência pelos conselhos municipais; moções de pesar lançadas na ata da Associação Comercial e na de outras sociedades [...]”<sup>xvii</sup>.

Ao manifesto da imprensa baiana, materializado na mensagem enviada à imprensa carioca no dia 14 de março de 1897, seguiram-se outros. No dia 15, o governador Luiz Vianna enviou uma longa mensagem ao Presidente da República esclarecendo “sobre os antecedentes e ocorrências das expedições contra Antonio Conselheiro e seus sequazes”. Em 19 de março, os estudantes das escolas superiores da Bahia dirigiram aos seus “collegas e aos republicanos dos outros estados” um manifesto no qual acusam os conselheiristas de fanáticos e afirmam o republicanismo da sociedade baiana.

Por fim, as manifestações dos jornais da Bahia, examinadas nessa comunicação, permitem notar uma “manipulação” da memória para afastar as desconfianças que pairavam sobre a postura da Bahia. Ao falar da memória manipulada, referimos a reflexão do filósofo Paul Ricoeur, que observa serem os acontecimentos fundadores “essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um Estado de direito precário, legitimados, no limite, por sua própria antiguidade, por sua vetustez”<sup>xviii</sup>. Valendo-se dessa estratégia, a “imprensa bahiana” projetou um passado no qual a Bahia aparece como o lugar onde a nação brasileira seria apresentada à civilização ocidental. Há, nessa postura diante do passado, uma ocultação da violência que marcou o “encontro” entre os europeus “civilizados” e os “selvagens habitantes” do novo mundo.

Há também um silenciamento em relação às inúmeras lutas protagonizadas por índios, escravos, libertos e homens livres que ousaram resistir aos desmandos dos que ocupavam posições de dominação na sociedade baiana.

Em síntese, as manifestações da imprensa baiana examinadas acima permitem verificar uma articulação entre nação e memória na medida em que os jornais utilizaram da estratégia de lembrar/esquecer<sup>xix</sup>. Ao lembrar a Bahia como lugar onde a nação brasileira teria sido “apresentada” à civilização ocidental, o discurso materializado pela imprensa esquece a violência do “ato fundador”<sup>xx</sup>. Quanto aos sertanejos conselheiristas, tachados pela imprensa de “fanáticos rebeldes”, “subversores”, foram, depois de mortos, incorporados pela nacionalidade e, com o tempo, a campanha de Canudos se tornou também um acontecimento fundador, elementar para se abordar a problemática da identidade nacional no Brasil, lembrado como um “fratricídio tranquilizador” e inevitável.

---

<sup>i</sup> Versão parcial de um dos capítulos da dissertação de mestrado intitulada Memória e Discurso nas narrativas sobre Antonio Conselheiro e a “guerra” de Canudos: A imprensa de Salvador (1876-1897) defendida junto ao Programa de Pós-Graduação: Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia em fevereiro de 2012 e orientada pela professora Dra. Edvania Gomes da Silva.

<sup>ii</sup> Joaquim Antonio de Novais Filho; Professor Substituto Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade – UESB; Fapesb; [novaisfilho@yahoo.com.br](mailto:novaisfilho@yahoo.com.br).

<sup>iii</sup> RENAN, E. O que é uma nação? (1882). *Revista Aulas*: Unicamp, 21p. ago. 2006. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~aulas/numero1.htm> (acesso em fev. 2011). p. 6.

<sup>iv</sup> ANDERSON, B. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 2008. p. 273.

<sup>v</sup> “As nações não existem “objetivamente” antes de existirem em termos discursivos. Da mesma forma, porém, nações surgidas a partir da fala e do sentimento também são estruturas materiais “reais” de solidariedade e reconhecimento” CALHOUN, C. O nacionalismo importa. In. DOYLE, D. e PAMPLONA, M. (Orgs). *Nacionalismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p.37-8.

<sup>vi</sup> FENTRESS, J; WICKHAM, C. *Memória social*. Lisboa: Teorema, 1992, p.157

<sup>vii</sup> ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *Republicanism e Classe Média em Salvador 1870-1889*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992, p. 169.

<sup>viii</sup> SAMPAIO, C. N. *Os partidos políticos da Bahia na primeira República: uma política de acomodação*. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA, 1975, p.18.

<sup>ix</sup> SAMPAIO, C. N. *Canudos: A construção do medo*. In: \_\_\_\_\_. (org.) *Canudos*. Cartas ao Barão. São Paulo, Edusp, 2000, p. 50.

<sup>x</sup> *Ibidem*, p. 33.

<sup>xi</sup> JORNAL DE NOTÍCIAS. *15 de março de 1897*. Salvador, Bahia. (Biblioteca Pública do Estado da Bahia) Grifos nossos.

<sup>xii</sup> Sobre a “baianidade” na Primeira República (1889-1930), Rinaldo Leite observa a recorrência dessa noção que considerava a Bahia “lugar a partir de onde foi gerado, se não a nação, o espaço-território chamado Brasil” LEITE, R. A Bahia na história: heroísmo, sacrifício e abandono. *Anais I Encontro Estadual de História*. Ilhéus-Ba, Universidade Estadual de Santa Cruz, 2002.

<sup>xiii</sup> JORNAL DE NOTÍCIAS. *15 de março de 1897*. Salvador, Bahia. (Biblioteca Pública do Estado da Bahia) Grifos nossos.

<sup>xiv</sup> ZOPPI-FONTANA, M. *Cidadãos modernos*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997, p. 77.

<sup>xv</sup> CORREIO DE NOTÍCIAS. *Editorial 15 de março de 1897*. Salvador, Bahia. (Biblioteca Pública do Estado da Bahia / Centro de Estudos Euclides da Cunha) Grifos nossos.

- 
- <sup>xvi</sup> FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010., p.75.  
Grifos nossos
- <sup>xvii</sup> MILTON, Aristides A. *A Campanha de Canudos*. Memória lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Revista IHGB. 1902.
- <sup>xviii</sup> RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007, p.95
- <sup>xix</sup> ANDERSON, B. *op. cit.*, p. 271-7
- <sup>xx</sup> RICOEUR, *op. cit.*, p.95